

# LINGUAGEM JURÍDICO-JUDICIÁRIA

(Servidores – Turma 1)

**30 de março de 2009**

**LOCAL: Pelotas - RS**

## PÚBLICO-ALVO INICIAL:

**Diretores de Secretaria  
Assistentes de Diretores de Secretaria  
Secretários Especializados de Juizes de 1º Grau  
Assistentes de Execução**

lotados nas Varas do Trabalho de:

**Arroio Grande, Bagé, Camaquã, Cachoeira do Sul, Pelotas,  
Rio Grande, Santa Vitória do Palmar**

**Assistentes-Chefes**  
dos Postos da Justiça do Trabalho de:  
**Dom Pedrito e São Lourenço do Sul**

**Diretores dos SDFs e Assistentes-Chefes das CMs de:  
Bagé, Pelotas e Rio Grande**

A Escola Judicial convida os servidores para o curso de **Linguagem Jurídico-Judiciária – Pelotas - Turma 1 - Servidores**, a realizar-se no dia **30 de março de 2009**, no Campus I da Universidade Católica de Pelotas, sala 425-C (Rua Gonçalves Chaves, 373, Pelotas, RS).

As aulas serão ministradas pelo Professor **Adalberto José Kaspary**.

As **inscrições** deverão ser efetuadas **somente** nos dias **10 a 12 de março de 2009** (veja observações importantes no final da mensagem), respondendo a este e-mail com o **nome do servidor e código do SOF**, ou pelo endereço eletrônico [cursosej@trt4.jus.br](mailto:cursosej@trt4.jus.br).

## Informações gerais

<b>Datas e Horários</b>	<b>- 30 de março de 2009 (segunda-feira)</b> MANHÃ: das 9h às 12h40min TARDE: das 14h às 17h40min
<b>Ministrante</b>	<b>Prof. Adalberto José Kaspary</b> - É formado em Letras Clássicas (Latim, Português e Grego) e Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); - lecionou Linguagem e Expressão em Língua Portuguesa e Língua Latina na UFRGS; - ministra cursos avulsos de Linguagem Jurídico-Judiciária para profissionais do Direito e de Técnica Legislativa para assessores do Poder Legislativo; - é professor de Linguagem Jurídica nas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais da 4ª (Porto Alegre) e da 12ª (Florianópolis) Regiões, e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT (Brasília); - é supervisor técnico do <i>Manual de Linguagem Jurídico-Judiciária</i> do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, do <i>Manual de Linguagem Parlamentar</i> da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e do <i>Manual de Linguagem Técnico-Parlamentar</i> da Câmara Municipal de Porto Alegre (RS); - é colaborador, em matéria de linguagem jurídico-forense, da Revista Eletrônica da Escola Judicial do TRT da 4ª Região; - foi co-revisor da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e revisor da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre (RS); - é autor, entre outras, das seguintes obras: <i>Português para Profissionais – Atuais e Futuros</i> ; <i>Redação Oficial – Normas e Modelos</i> ; <i>O Verbo na Linguagem Jurídica – Acepções e Regimes</i> ; <i>Habeas Verba – Português para Juristas</i> ; <i>Correspondência Empresarial</i> ; e <i>Português em Exercícios – Com Soluções</i> .
<b>Carga-Horária</b>	08 horas-aula
<b>Número de vagas</b>	60
<b>Local</b>	Campus I da Universidade Católica de Pelotas, sala 425-C Rua Gonçalves Chaves, 373, Pelotas, RS
<b>Programa Analítico</b>	<b>Linguagem Jurídico-Judiciária (abordagem sistemática e contextual)</b> - Objetivos, características e qualidades. - Terminologia jurídica: termos e expressões usuais; tecnificação (redefinição semântica) de termos da linguagem comum na linguagem jurídica. - Denotação e conotação; ambiguidade/equivocidade x univocidade; limitações ao recurso da sinonímia na denominação de documentos e institutos técnico-jurídicos. - O emprego de estrangeirismos (limitações: CF/88, art. 13; CPC, art. 156); os latinismos jurídicos: brocados e expressões usuais – oportunidade de emprego, forma e significado corretos. - Os neologismos – requisitos para sua incorporação ao idioma nacional e seu emprego no texto jurídico-judiciário. - Vícios e impropriedades recorrentes na linguagem jurídico-judiciária. - Estrutura, linguagem e redação de atos jurídico-judiciários usuais (acórdão, sentença, despacho, etc.). <b>Conteúdos Gramaticais e Estilísticos (abordagem sistemática e contextual)</b> - Questões gramaticais e estilísticas relevantes no texto jurídico-judiciário: - Grafia de termos e expressões; abreviações de expressões e institutos jurídicos usuais (forma correta e oportunidade de emprego – CPC, art. 169, parágrafo único). - morfossintaxe e estilística do verbo: emprego dos tempos verbais na redação

jurídico-judiciária; as vozes verbais – aspectos gramaticais e estilísticos; aspectos relevantes de concordância verbal e nominal; regência verbal: regência e significado; regência e crase; regência e significado de verbos usuais na linguagem jurídico-judiciária.

- A colocação dos termos na oração; aspectos funcionais de colocação pronominal.
- Emprego dos numerais e dos pronomes (demonstrativos e relativos) no texto jurídico-judiciário.
- Pontuação intra interoracional; pontuação, estrutura e ênfase; pontuações especiais: em textos normativos articulados; em enumerações (exaustiva – *numerus clausus*; exemplificativa – *numerus apertus*; e alternativa); com parênteses e com travessões; em citações e transcrições.

### Observações Importantes:

1. **As inscrições serão recebidas a partir das 00h01min do dia 10 de março de 2009; não serão considerados pedidos anteriores;**
2. Não serão ressarcidas as despesas relativas a transporte dos participantes do curso.

**Escola Judicial TRT da 4ª Região**  
Av. Praia de Belas, 1432 – Prédio III – Porto Alegre – RS  
(51) 3255.2683 e 3255.2684